MUNICÍPIO DE MARABÁ

LEI Nº 18.390, DE 4 DE OUTUBRO DE 2024

Abre ao orçamento anual do Município de Marabá, em favor da Secretaria Municipal de Cultura (Secult), crédito adicional especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARABÁ Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Especial, conforme previsto no inciso II do art. 41 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 2.468.815,65 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil e oitocentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos), nas seguintes dotações:

10 01. Secretaria Municipal de Cultura

13 92 0011 2.700 - Apoio a Salas de Cinema - Art. 6°, II - LEI PAULO GUSTAVO

10 01. Secretaria Municipal de Cultura

13 392 0011 2.701 - Capacit, formação e Qualific no Audiovisual, Apoio a Cineclubes e a festivais e mostras art. 6°, III - LEI PAULO GUSTAVO

10 01. Secretaria Municipal de Cultura

13 92 0011 2.702 - Apoio a Produções Audiovisuais - Art. 6°, I - LEI PAULO GUSTAVO

10 01. Secretaria Municipal de Cultura

13 92 0011 2.703 - Art. 8° - Apoio as Demais Áreas da Cult. que não o Audiovisual art. 8° - LEI PAULO GUSTAVO

 3.3.90.39.00
 - Outros
 Serviços
 de Terceiros
 - Pessoas

 Jurídicas
 R\$ 544.693,48

 3.3.90.36.00
 - Outros
 Serviços
 Terceiros
 - Pessoas

 Físicas
 R\$ 167.066,07

 TOTAL GERAL
 R\$ 2.468.815,65

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de Superavit Financeiro, na forma do inciso I do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, no valor de R\$ 2.468.815,65 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos), referentes à Lei Complementar Federal nº 195, de 8 de julho de 2022.

Art. 3º Para cumprimento de todos os instrumentos da Lei Complementar Federal nº 195, de 8 de julho de 2022, fica o poder executivo autorizado a incluir e remanejar valores dos elementos de despesas na ação mencionada no art. 1º desta Lei, não ultrapassando o valor arrecadado.

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marabá, Estado do Pará, em 4 de outubro de 2024.

Sebastião Miranda Filho Prefeito Municipal de Marabá

ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ

GABINETE DO PREFEITO LEI Nº 18.390

LEI Nº 18.390, DE 4 DE OUTUBRO DE 2024

Abre ao orçamento anual do Município de Marabá, em favor da Secretaria Municipal de Cultura (Secult), crédito adicional especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARABA Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Especial, conforme previsto no inciso II do art. 41 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 2.468.815,65 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil e oitocentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos), nas seguintes dotações:

10 01. Secretaria Municipal de Cultura

13 92 0011 2.700 - Apoio a Salas de Cinema - Art. 6°, II - LEI PAULO GUSTAVO

10 01. Secretaria Municipal de Cultura

13 392 0011 2.701 - Capacit, formação e Qualific no Audiovisual, Apoio a Cineclubes e a festivais e mostras art. 6°, III - LEI PAULO GUSTAVO

10 01. Secretaria Municipal de Cultura

13 92 0011 2.702 - Apoio a Produções Audiovisuais - Art. 6°, I - LEI PAULO GUSTAVO

10 01. Secretaria Municipal de Cultura

13 92 0011 2.703 - Art. 8° - Apoio as Demais Áreas da Cult. que não o

Audiovisual art. 8° - LEI PAULO GUSTAVO

3.3.90.36.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoas Físicas...... R\$ 167.066,07

TOTAL GERAL RS 2.468.815,65

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de Superavit Financeiro, na forma do inciso I do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, no valor de RS 2.468.815,65 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos), referentes à Lei Complementar Federal nº 195, de 8 de julho de 2022.

Art. 3º Para cumprimento de todos os instrumentos da Lei Complementar Federal nº 195, de 8 de julho de 2022, fica o poder executivo autorizado a incluir e remanejar valores dos elementos de despesas na ação mencionada no art. 1º desta Lei, não ultrapassando o valor arrecadado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marabá, Estado do Pará, em 4 de outubro de 2024.

SEBASTIÃO MIRANDA FILHO

Prefeito Municipal de Marabá

Publicado por: Alessandro Viana Código Identificador:C560B1FB

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará no dia 07/10/2024. Edição 3600